



Carta do I Encontro Regional de Educação Escolar Quilombola do Nordeste  
EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA É DIREITO! PLANEJAR E RESISTIR PARA  
OS PRÓXIMOS 10 ANOS.

“Essa carta dos movimentos Quilombolas  
Com registro de legitimidade  
Um pedido que as políticas públicas  
Cheguem às nossas comunidades  
Se por lei a gente tem esse direito  
Garantia e estudo de respeito  
Passo livre em toda sociedade.”

*Daza Gomes (Quilombo do Sobrado, Portalegre - RN)*

Foram três dias de poesia, cordel, samba, toques, giras e debates qualificados durante o I Encontro Regional de Educação Escolar Quilombola do Nordeste (EREEQ-NE), realizado de 24 a 26 de setembro de 2025, na cidade de Salvador (BA). Reunimos 350 (trezentos e cinquenta) pessoas, entre lideranças do movimento quilombola, mestres e mestras dos saberes, estudantes da Escola Nacional de Formação de Meninas da CONAQ, educadoras(es), estudantes, pesquisadoras(es), Agentes da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) e representantes de instituições públicas.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), por meio do seu Coletivo de Educação, sonhou esse encontro, que só se tornou possível graças à confluência de esforços com a Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola (CONEEQ), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e o Governo do

Realização:



Coordenação Nacional de  
Articulação das Comunidades  
Negras Rurais Quilombolas



Universidade Federal do  
Recôncavo da Bahia



Programa de Pós-graduação  
em Educação do Campo - UFPA



GOVERNO DO ESTADO  
DA BAHIA



PNEERQ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



GOVERNO FEDERAL  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



estado da Bahia, através da Diretoria de Educação de Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Educação do Estado.

Este Encontro retoma o Documento Final do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais, realizado em 1995, reafirmando as reivindicações e ampliando os debates sobre a defesa dos territórios e da Educação Escolar Quilombola. Destacamos que a luta pelo território é inseparável da luta pela educação e que a Educação Escolar Quilombola deve ser uma pauta do Estado brasileiro e não somente do Movimento Quilombola, como afirmou a quilombola e conselheira do Conselho Nacional de Educação (CNE), Givânia Maria da Silva, na mesa de abertura.

Consideramos que a conjuntura em que se realizou o I EREEQ-NE foi especialmente favorável às demandas do movimento quilombola, marcada pela reconstituição da SECADI, pela criação da Diretoria de Políticas de Educação Étnico-Racial e Educação Escolar Quilombola no Ministério da Educação (MEC) e pelo lançamento da PNEERQ. Reconhecemos que tais avanços só se tornam possíveis em um governo de base popular e com compromisso real com a justiça social, como o do Presidente Lula.

É importante destacar que este Encontro foi marcado pela presença e pelo protagonismo de pessoas quilombolas, propondo *por* e *a partir* das vivências dos seus territórios e das suas escolas. Este tem sido um passo importante na construção e consolidação da Educação Escolar Quilombola: que ela seja protagonizada pelas comunidades, escolas, professoras/es e estudantes quilombolas, assegurando o direito de nos definir e de vivenciar uma educação enraizada nos saberes, memórias e formas de existência de cada território. Trata-se, portanto, de reafirmar que a Educação Escolar Quilombola não é apenas uma política pública, mas também um projeto coletivo de futuro, gestado e sustentado pelas comunidades.

As Rodas de Confluências desenvolvidas nos dez (10) grupos de trabalho dialogaram, relataram e propuseram reflexões e ações no âmbito da Educação Escolar Quilombola.

Realização: \_\_\_\_\_



Coordenação Nacional de  
Articulação das Comunidades  
Negras Rurais Quilombolas



Universidade Federal da  
Bahia



PPGEDUCAMPO  
Programa de Pós-graduação  
em Educação do Campo (PPGEC)



GOVERNO DO ESTADO  
DA BAHIA



PNEERQ  
Programa Nacional de Educação  
Escolar Rural Quilombola



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



GOVERNO FEDERAL  
UNião e Reconstrução



Infelizmente as reflexões são temas e questões que estão longe de serem superadas, mesmo três décadas após a I Carta de 1995. Ao pensar a história da Educação Escolar Quilombola e pautar os próximos dez anos, reafirmamos que não aceitamos nenhum retrocesso. Indicamos que as comunidades quilombolas e as escolas quilombolas estão construindo um Brasil novo, um Brasil Quilombola.

Por isso, I Encontro Regional de Educação Escolar Quilombola do Nordeste: EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA É DIREITO! PLANEJAR E RESISTIR PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS, vem a público apresentar seus resultados e reivindicações, fruto dos debates realizados com os nove estados da Região Nordeste:

1. Referendamos às reivindicações presentes na Carta do I Encontro de Educação Escolar Quilombola do Sudeste, realizado no Vale do Jequitinhonha, na cidade de Minas Novas (MG), entre os dias 21 a 24 de julho de 2025.
2. Exigimos que as Instituições de Ensino Superior (IES) implementem, em curto prazo, cursos regulares de Educação Escolar Quilombola no quadro de seus cursos de graduação. Compreendemos que a implantação do PARFOR Equidade, hoje com 25 cursos de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola espalhados pelo Brasil, foi uma conquista do movimento e tem sido fundamental para o fomento à formação docente, mas ainda é limitado para a realização daquilo que a Carta de 1995 preconizava.
3. Exigimos que o governo federal e os governos estaduais disponham dos respectivos códigos de vagas para o corpo técnico e docente e construam infraestrutura necessária e financiamento permanente de bolsas e custeio para a implementação dos cursos regulares de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola. Asseguramos que a implementação de cursos regulares é uma necessidade para que a modalidade da Educação Escolar Quilombola seja efetivada de forma adequada e comprometido com as especificidades das comunidades quilombolas, inspirando-se nas trajetórias de

Realização: \_\_\_\_\_



Conselho Nacional de  
Articulação das Comunidades  
Negras Rurais Quilombolas



Universidade Federal do  
Pará



PPGEDUCAMPO  
Programa de Pós-graduação  
em Educação do Campo (PPGEdC)



GOVERNO DO ESTADO  
DA BAHIA



PNEERQ  
Programa Nacional de Educação  
Escolar Rural Quilombola

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



GOVERNO FEDERAL  
UNião e Reconstrução



mestres e mestras dos saberes que, com coragem e ousadia, prepararam o terreiro para o nascimento e permanência da CONAQ.

Além disso, a partir das proposições das Rodas de Confluências emergiram reflexões, reivindicações e compromissos que se traduzem nas seguintes demandas:

01. Reivindicamos o financiamento para a Educação Escolar Quilombola, considerando suas particularidades, contemplando, de forma justa, os mecanismos já previstos em Lei, como o do FUNDEB (VAAT, VAAR e VAAF, dentre outras), bem como a criação de financiamento específico à esta modalidade. Consideramos que a política de financiamento deve contemplar a Educação Escolar Quilombola em suas várias dimensões, buscando garantir a integralidade territorial da EEQ.
02. Denunciamos a ausência de currículos específicos que contemplem as realidades e saberes das comunidades quilombolas, bem como as dificuldades constantes em implementá-los desde a Educação Básica ao Ensino Superior. Reivindicamos que nos cursos de licenciatura e bacharelado das IES sejam incluídas disciplinas obrigatórias de Educação Escolar Quilombola, de modo que reconheçam as histórias dos quilombos, bem como a modalidade de ensino, e formem profissionais qualificados para sua implementação. Que as IES criem mecanismos de inserção, profissional e remunerada, de mestres e mestras dos saberes nas atividades curriculares dos cursos de graduação em Educação Escolar Quilombola.
03. A participação social nos processos educativos é prevista na LDB, assim como nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola. Assim, reivindicamos maior participação nos espaços de elaboração, decisão e fiscalização de políticas públicas, como em instâncias consultivas e decisórias, tais como conselhos, fóruns e conferências dos entes municipais, estaduais e federais. Além disso, reivindicamos concursos públicos específicos para quilombolas, de modo que a

Realização: \_\_\_\_\_



Coordenação Nacional de  
Articulação das Comunidades  
Negras Rurais Quilombolas



UFPA  
Universidade Federal do  
Pará



PPGEDUCAMPO  
Programa de Pós-graduação em  
Educação do Campo - UFPA



PNEERQ  
Programa Nacional de Educação  
Escolar Rural Quilombola



GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



implementação seja realizada, também, no dia a dia das instituições, órgãos e governos.

04. Reivindicamos a valorização das infâncias quilombolas como sujeitos de direitos, com centralidade no brincar, na memória e no território como fundamentos da construção identitária. Demandamos políticas públicas de educação infantil que dialoguem com as necessidades e modos de vida das comunidades quilombolas, garantindo meios de escuta das crianças ao implementar políticas que impactem as suas vidas, como creches e escolas de tempo integral.
05. Reivindicamos a Educação de Jovens e Adultos (EJA) Quilombola como direito humano e política de Estado, assegurando condições materiais e pedagógicas que respeitem as especificidades dos territórios e sujeitos quilombolas, com turmas nos territórios, educadores quilombolas à frente dos processos formativos, respeito às culturas e saberes de cada comunidade, alimentação escolar adequada, calendários flexíveis e currículos integrados às Diretrizes da EEQ e às Leis 10.639/03 e 11.645/08.
06. Reivindicamos um Ensino Superior com acesso justo, acolhimento necessário, permanência garantida e identidade quilombola respeitada. Defendemos a ampliação das ações afirmativas desde o Ensino Médio - com oferta de educação de qualidade nos territórios e cursinhos preparatórios - até o Ensino Superior e a Pós-graduação, incluindo vestibulares específicos, bolsas de permanência, monitorias e residência estudantil, transporte, apoio pedagógico, apoio à saúde mental e protagonismo quilombola nos espaços de decisão.
07. Reivindicamos que a eleição de gestores(as) oriundos(as) das próprias comunidades seja efetivada, com a participação comunitária na gestão e fiscalização dos recursos escolares. Defendemos a criação de fundos próprios para escolas quilombolas que assegurem recursos que contemplem a realidade territorial, a especificidade cultural e as necessidades de infraestrutura. Exigimos a elaboração, via MEC, de um protocolo

Realização: \_\_\_\_\_



Coordenação Nacional de  
Articulação das Comunidades  
Negras Rurais Quilombolas



UFPA 20  
Universidade Federal do  
Pará



PPGEDUCAMPO  
Programa de Pós-graduação  
em Educação do Campo (PPGEC)



GOVERNO DO ESTADO  
DA BAHIA



PNEERQ  
Programa Nacional de Educação  
Escolar Rural Quilombola

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



de implementação das escolas quilombolas, contemplando infraestrutura, currículo, formação, gestão e avaliação e a melhoria da pactuação entre entes federativos (União, estados e municípios) quanto à responsabilidade e financiamento da Educação Escolar Quilombola, assegurando a continuidade e sustentabilidade das políticas públicas.

08. Exigimos urgência no combate ao racismo religioso que tem enfraquecido práticas culturais ancestrais quilombolas. Para tanto, propomos transversalizar o tema da religiosidade, especialmente das religiões de matriz africana, no currículo escolar e a criação de um protocolo de combate ao racismo religioso no espaço escolar e de proteção das lideranças religiosas comunitárias. Fomentar ações formativas por meio de eventos comunitários e educativos para proporcionar maior visibilidade e respeito às religiões de matriz africana.
09. A construção de uma Educação Escolar Quilombola exige a integração de saberes ancestrais e o reconhecimento da realidade territorial dos quilombos como forma de combate ao racismo ambiental. Sendo assim, pautamos a criação de um currículo escolar ambiental que integre a questão racial e ecológica, com foco na relação dos alunos com o meio ambiente e seu território, e com a integralização de saberes ancestrais advindos de mestras e mestres locais.
10. Reivindicamos que a literatura e a cultura quilombola estejam presentes nas escolas por meio das práticas pedagógicas e dos materiais didáticos, além da criação de bibliotecas comunitárias e escolares que incluam obras de autoras e autores quilombolas. Defendemos a criação de editais de fomento à produção literária afro-brasileira e quilombola, fortalecendo a memória, a identidade e o pertencimento dos estudantes quilombolas dentro e fora dos seus territórios.

Sáimos deste Encontro com as forças renovadas e com a certeza de que as nossas vozes continuarão a ecoar. Reafirmamos que nenhum retrocesso será aceito e que a resistência de nossos ancestrais segue guiando a luta, pois “somos começo, meio e começo” como nos

Realização: \_\_\_\_\_



Conselho Nacional de  
Articulação das Comunidades  
Negras Rurais Quilombolas



UFPA 20  
Universidade Federal do  
Pará



PPGEDUCAMPO  
Programa de Pós-graduação  
em Educação do Campo (PPGEC)



GOVERNO DO ESTADO  
DA BAHIA



PNEERQ  
Programa Nacional de Educação  
Escolar Rural Quilombola

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



GOVERNO FEDERAL  
UNião e Reconstrução





ensinou Nêgo Bispo. Que esta carta seja um instrumento de mobilização, denúncia e esperança, ecoando por todos os territórios quilombolas do Brasil e convocando a sociedade a se somar a nós na construção de um país verdadeiramente equitativo, diverso e quilombola.

“Por tanto senhores governantes  
Nossa carta tem pedido de urgência  
Esperamos que ela seja aceita  
Com diálogo, garantia e transparência.”

*Daza Gomes (Quilombo do Sobrado, Portalegre - RN)*

Salvador - BA, 26 de setembro de 2025



Realização: \_\_\_\_\_



Conselho Nacional de  
Articulação das Comunidades  
Negras Rurais Quilombolas



UFRRJ 20  
Universidade Federal do Rio de Janeiro



PPGEDUCAMPO  
Programa de Pós-graduação em Educação do Campo - UFPA



GOVERNO DO ESTADO  
BAHIA



PNEERQ  
Programa Nacional de Educação Escolar Rurais Quilombolas

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO